

FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM LEVANTAMENTO NO BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES.

Adrielle Alho Ferreira¹

Gleicilene Ferreira Monteiro²

Janaina do Socorro de Almeida Caldas³

Waldma Maíra Menezes de Oliveira⁴

RESUMO: O presente trabalho busca analisar as produções de teses e dissertações publicadas na plataforma da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, dos trabalhos publicados na área da formação de professores para a educação inclusiva nos últimos dez anos (2009 a 2018). Fez-se uma abordagem na área de formação de professores com ênfase na educação inclusiva. O procedimento metodológico utilizado para o desenvolvimento deste trabalho se caracteriza em uma pesquisa bibliográfica, característica de um estado do conhecimento. Primeiramente buscou-se trabalhos na área da formação inicial de professores em seguida a afinou-se a pesquisa a Educação Inclusiva, após selecionou os trabalhos dentro do campo de interesse delimitado pelos autores, resultando em 06 publicações. E por fim, constatou-se que poucos trabalhos estão sendo desenvolvidos nessa área, por isso, chama-se atenção para a formação de professores de ciências para a educação inclusiva, haja vista que é uma necessidade atual e urgente.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Formação de professores. Ensino de ciências.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca analisar as produções de teses e dissertações publicadas na plataforma da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, dos trabalhos publicados na área da formação de professores para a educação inclusiva nos últimos dez anos (2009 a 2018). Por intermédio do estado de conhecimento, pretende-se realizar um levantamento das produções sobre a formação de professores de ciências.

De acordo com Saviani (2010)

A formação de professores deveria garantir uma sólida cultura que lhes permita atingir uma aguda consciência da realidade em que vão atuar associadas a um consistente preparo teórico-científico que os capacite à realização de uma prática pedagógica coerente. (SAVIANI, 2010, p. 53).

¹ Graduanda do Curso de Ciências Naturais da Universidade Federal do Pará – UFPA/Cametá, adriellefe2014@gmail.com;

² Graduanda do Curso de Ciências Naturais da Universidade Federal do Pará – UFPA/Cametá, bolsista da Divisão de Inclusão Educacional – DIE, pesquisadora do Grupo de Estudos Surdos na Amazonia Tocantina – GESAT, lenemonteiro1996@gmail.com;

³ Graduanda do Curso de Ciências Naturais da Universidade Federal do Pará – UFPA/Cametá, janaynaalmeidacaldas@gmail.com;

⁴ Professora Assistente II da Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Mestra em Educação pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Coordenadora do Grupo de Estudos Surdos na Amazônia, da Especialização em Educação Inclusiva no Campo e da Divisão de Inclusão Educacional – DIE da Universidade Federal do Pará – Campus Cametá. E-mail: waldmamaira@hotmail.com

Assim sendo, a formação de professores deveria proporcionar aos futuros profissionais o conhecimento da realidade do ambiente escolar, a aquisição dos conhecimentos específicos, elaboração de plano de aula, elaboração de metodologias de ensino, como também, apresentar os desafios encontrados nesta profissão e o público heterogêneo presente no ambiente escolar, desse modo, prepara-los também para trabalhar com o público alvo da educação inclusiva.

Para Fernandes, Colantonio e Poker (2014, p. 2), “a educação inclusiva aponta uma possibilidade de transformação do sistema educacional e, para tanto, é necessário e imprescindível, uma mudança na formação de professores”. A presença de um aluno com deficiência em uma escola implica em uma mudança no ambiente escolar, não apenas dos professores que precisaram de uma formação mais específica e cautelosa.

Busca-se responder a seguinte problemática: de que forma o tema formação de professores de ciências para a educação inclusiva está presente nas publicações de teses e dissertações publicadas no banco de dados da CAPES, no período de 2009 a 2018?

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

O procedimento metodológico utilizado para a elaboração do presente estudo se caracteriza em uma pesquisa bibliográfica. “Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. [...]. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos” (SEVERINO, 2007, p.122).

Característico de um estado do conhecimento, pois, pretende discutir “de que formas e em que condições tem sido produzida certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários” (FERREIRA, 2002, p. 257). Pelo fato de ser realizado o levantamento e após as análises das publicações delimitadas pela área de interesse dos autores do presente trabalho. Realizado no mês de abril de 2019 no Banco de Teses e Dissertações da CAPES.

Para a análise dos dados coletados, criou-se categorias analíticas de Bardin (2002), sendo elas; 1) Formação de Professores E 2) Investigação de Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) e matrizes curriculares.

DESENVOLVIMENTO

Iniciando as buscas pela palavra-chave “Formação inicial de professores”, partindo de uma perspectiva geral, 1.077.200 publicações foram encontradas. Foram selecionadas as opções “teses” e “dissertações” e obteve-se 1.003.375 trabalhos nessa área, sendo 751.352 dissertações e 252.023 teses. Refinou-se a busca considerando o período de interesse da pesquisa, filtrando somente os trabalhos publicados nos últimos dez anos, onde se obteve um total de 560.783 teses e dissertações.

Após a segunda etapa de seleção, delimitaram-se as áreas de conhecimento, sendo elas: “Ensino de Ciências e Matemática e Educação Inclusiva” para que alcançássemos os resultados de trabalhos específicos da área de interesse, somando um total de 637 publicações, 490 dissertações e 210 teses.

Após a verificação e seleção dos trabalhos pesquisados, iniciou então a leitura dos títulos dos 356 trabalhos refinados, a fim de verificar quais trabalhos eram da área de interesse da pesquisa. Feita a leitura, 16 trabalhos estavam no contexto educacional inclusivo, desses 16 apenas 13 estavam disponíveis para download, 12 no banco de teses e dissertações da Capes e 01 no Google, e 01 não foi encontrado para download, em plataforma nenhuma. Para fins comprovativos se os trabalhos satisfaziam ou não o interesse da pesquisa, foi realizado as leituras dos resumos dos 15 trabalhos selecionados, restando apenas 06 trabalhos na área de interesse da presente pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Assim, finalizando o estado do conhecimento no Catálogo de Teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Capes com 06 publicações na área de interesse, formação de professores de ciências para a educação inclusiva, sendo elas 5 teses e 1 dissertação, dos anos de 2014 a 2018.

A seguir, a tabela 01 mostra o quantitativo das publicações encontradas e os anos de publicação das mesmas.

Tabela 1 - Distribuição anual de produções acadêmicas publicadas no período de 2009 a 2018

Produções	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Dissertações		-	-	-	-	1	-	-	-	-
Teses		-	-	-	-	1	1	-	2	1

Fonte: Seleção realizada no Banco de Teses e Dissertações da CAPES (BRASIL, 2019).

Com as publicações selecionadas para o estudo, dividiu-se em categorias analíticas, sendo elas:

a) **Formação continuada de Professores.**

Quadro 1: Publicações sobre formação continuada de professores

AUTOR	ANO	ÁREA DE CONHECIMENTO
SOUZA	2014	Educação Especial
FERREIRA	2017	Educação Especial
VILARONGA	2014	Educação Especial
ZERBATO	2018	Educação Especial

Fonte: Elaboração das autoras

Souza (2014) relata em seu trabalho a questão do transtorno do processamento sensorial (TPS), dessa maneira colocando a grande dificuldade dos alunos no desempenho escolar e problemas de comportamento nesse contexto, logo a importância de preparar os professores para lidar com esses alunos. Conhecendo a forma mais didática para trabalhar com alunos com esse transtorno. O autor também relata em sua pesquisa que esses resultados foram analisados em curto e longo tempo de intervenção, para trabalhar com o público alvo da educação especial, e dominar diferentes estratégias de ensino, o professor precisa ter essas formações específicas.

Em vista disso, vimos que a preocupação com esses alunos é de bastante relevantes, pois, há essa preocupação em formar professores capacitados a ensinar de maneira em que o aluno possa aprender, e melhorar o seu desempenho escolar, pois, já existe este reconhecimento nas escolas que antes era restrita, mas é preciso entender que a formação continuada não é vista como uma modificação entre os alunos, mas sim de maneira que possa ajudar no seu aprendizado, ou seja, que possa facilitar seu entendimento. Em vista disso, é possível observar, que na formação continuada, os resultados são relevantes, no que diz respeito a maneira em que esse conhecimento é repassado para os alunos, percebendo mudanças significantes em seu aprendizado.

Ferreira (2014) evidencia o avanço da tecnologia nos últimos anos e como ela está adentrando em nossas vidas, em virtude desse avanço, o autor busca uma maneira de usar a tecnologia em favor da educação, fazendo dela um recurso para facilitar o aprendizado de pessoas com Deficiência Visual – DV. Capacitando o professor em como usar recursos básicos de computador como: Windows, Linux, Word, Excel, PowerPoint, para criação de métodos eficazes para trabalhar com alunos DV.

O autor expõe a necessidade dos professores em estar preparados para atuarem nas mais variadas circunstâncias encontradas em seu cotidiano, onde seu principal objetivo é contribuir para que esses docentes adquiram mais conhecimentos teóricos e práticos, proporcionando-lhes

com o programa de formação em informática a possibilidade de utilizar a tecnologia em seu favor para que esses professores consigam utilizar software para construir materiais adaptados e acessíveis para atender as necessidades e para facilitar o aprendizado dos alunos com deficiência visual.

Contudo, a Lei de Diretrizes e Bases - LDB 9394/96 no seu Art. 59 assegura:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns. Parágrafo único: Garantir-se-á formação continuada para os profissionais a que se refere o caput, no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação (BRASIL, 1996)

Porém, Santos et. al (2010, p. 274- 275) questionam que:

Uma parcela significativa dos professores que desenvolvem um trabalho dentro da proposta inclusiva não possui formação inicial adequada capaz de oferecer um aporte teórico e prático para a realização de seu trabalho [...] A reflexão deve estar constantemente presente para que a prática não se torne estática ou inapropriada para uma sociedade em constante transformação.

Por esse fator, dos profissionais não possuem formação inicial adequada para trabalharem com alunos da Educação Inclusiva, eles precisam de uma formação continuada que possa abranger as lacunas no processo de ensino desses educados, afim de favorecer tanto os educandos quanto os educadores no processo.

Vilaronga (2014) discute em seu trabalho a questão de propor ideias de como trabalhar com esses alunos que estão incluídos na Educação inclusiva, e que tenham algum déficit em seu aprendizado e propor métodos de avaliação e assim, poder fazer um planejamento dos métodos de ensino que possam ajuda a propor de todas as formas alguns espaços formativos na proposta deste ensino.

Dessa forma, visa discutir este tipo de sugestões, para melhorar o ensino nas escolas regulares. Para a identificação de indícios de colaboração do professor para a educação especial em sala de aula, visando realizar programas que possam formar esses professores para que consiga atuar nesse meio, a autora defende uma proposta do coensino, e onde o professor mostra apoio ao no seu método de ensino, visando fortalecer a proposta de ensino aprendizagem, pois o coensino contribuir com a inclusão de uma forma mais diversificada.

Zerbato (2018) enfatiza os desafios encontradas por professores para trabalharem com o público-alvo da Educação Especial. Optando por uma metodologia de cunho qualitativa ao invés da colaborativa, desenvolvendo uma série de instrumentos com professores da Educação

Básica de ensino, alunos de graduação e de pós-graduação, com o objetivo de verificar com esses sujeitos, quantos/quem já teve contato com a Educação Inclusiva, e quais seus conhecimentos sobre a tal. Buscou a elaboração de um sistema de desenho universal como facilitador no processo de ensino, criando recursos e possibilidades para a acessibilidade ao ensino de educandos com necessidades especiais.

A formação continuada de professores é um tema bastante recorrente nos trabalhos analisados. Tal formação é uma alternativa para os professores que já atuam na sala de aula e que almejam uma formação mais específica e buscam uma melhor forma para se trabalhar com seus alunos, principalmente com alunos com deficiência. Para Garcia (1999):

A formação continuada de professores favorece questões de investigação e de propostas teóricas e práticas que estudam os processos nos quais os professores se implicam, e que lhes permite intervir profissionalmente no desenvolvimento do seu ensino, do currículo e da escola. (GARCIA,1999, p.22).

É uma oportunidade para o professor rever suas práticas e aplicar novos conhecimentos nas aulas, enriquecendo não apenas seu currículo com mais certificados, como também o crescimento em conhecimentos e práticas educacionais.

b) Investigação de Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) e matrizes curriculares.

Quadro 2: Publicações sobre investigação no PPC dos cursos

AUTOR	ANO	AREA DE CONHECIMENTO
SOUZA	2017	Educação Especial
RESENDE	2015	Educação Especial

Fonte: elaboração das autoras

Calixto (2017) alega que a inclusão é um processo, e um processo que é inacabado, e que exige uma continua formação para professores conseguirem preencher essas lacunas no processo de ensino e aprendizado de educandos cegos. O autor buscou conhecer como está acontecendo o processo da formação inicial desses professores, para isso ele buscou investigar os Projetos Pedagógicos de Cursos PPC e as matrizes curriculares dos cursos de licenciatura em Goiás, especificamente a disciplina de Educação Especial nos cursos, de como ela é ministrada e se de alguma forma está ajudando esses futuros professores a trabalharem como alunos com deficiência.

O autor enfatiza que precisa de um marco legal que torne obrigatório a presença de disciplinas de educação especial em todos os cursos, principalmente os de graduação, pois sairão de lá professores para atuarem em escolas e vão se deparar com alunos deficientes, e obrigatoriamente precisam estarem preparados para atuarem. Calixto traz como resultados de

suas pesquisas que, acredita ele, que por essas disciplinas não serem obrigatórias, poucos cursos a apresentam em seu PPC.

Ainda de acordo com o autor do referido texto, é necessário repensar a formação inicial desses professores para lecionarem na sala de aula, e além disso, os professores precisam fazer uma espécie de feedback do tema da inclusão com as demais disciplinas, fazendo valer a interdisciplinaridade na sala de aula.

A autora Resende (2015) enfatiza a necessidade da criação de práticas pedagógicas incentivando o desenvolvimento de aquisição de libras nas Escolas, propondo um sistema de ensino bilíngue. Haja vista que alunos com Deficiência Auditiva – D.A estão cada vez mais ingressando nas escolas de ensino regular, e muitas vezes essas escolas não tem o profissional adequado para trabalhar com eles, os Interpretes e Instrutores de Libras. Nem os demais profissionais não têm esse domínio e os alunos ouvintes também não, o que dificulta a socialização, a inclusão e principalmente o aprendizado do D.A. Decreto Federal nº 5.626/05 torna obrigatório a presença da Libras no ambiente escolar, seguindo as leis desse decreto, a obrigatoriedade do interprete na sala de aula, o que nem sempre acontece, pois vê-se Escolas regulares com alunos surdos incluídos sem a presença desse profissional. Resende (2015) objetivou fazer uma avaliação da escrita dos alunos surdos da Língua Portuguesa.

Na área de formação de professores, foram encontrados dois trabalhos em que o objetivo se baseou em analisar o projeto político pedagógico, pois a formação inicial é crucial no processo de formação de professores. Pois, concorda-se com (MIZUKAMI, 2008, p. 216) quando diz que a formação inicial é “momento formal em que processos de aprender a ensinar e aprender a ser professor começam a ser construídos de forma mais sistemática, fundamentada e contextualizada”. Para isso, faz-se necessário pesquisar o PPC dos cursos para avaliar de que forma está acontecendo a formação inicial dos professores. Pois, é o ponto de partida nesse processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitas publicações na área da inclusão foram achadas, principalmente voltadas para práticas com alunos deficientes, grande número delas para o ensino Fundamental e médio, pesquisas, oficinas, práticas com alunos deficientes que já estão inseridos dentro de escolas regulares. Mas, para o ensino superior esse número cai drasticamente, voltada para formação inicial de professores, houve um número ainda menor, dando ênfase na formação de professores de ciências para a inclusão não foi encontrado nenhum trabalho específico.

Conclui-se que poucos trabalhos estão sendo desenvolvidos nessa área, por isso, chama-se atenção para a formação de professores de ciências para a educação inclusiva, haja vista que é uma necessidade atual e urgente. Quanto mais pesquisas foram realizadas na área, mostrando a real necessidade de se pesquisar, estudar e investir na formação de professores de ciências para a educação inclusiva, e/ou até mesmos os resultados dos trabalhos realizados nessa área, poderão servir de base para professores que já atuam com alunos com deficiência ou então, pode servir de base para trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2002.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 15-agosto-2019.

FERNANDES, J. J.; COLANTONIO, S.; POKER, R. B. Formação do professor e educação inclusiva: análise dos conteúdos dos cursos de pedagogia da UNESP. Anais do CBEE. São Carlos, 2014. p. 1-17.

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. Educação & Sociedade, São Paulo, ano 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002.

FERREIRA, N, C, S. **Programa De Formação Em Informática Para Professores No Atendimento A Alunos Com Deficiência Visual**. São Carlos, 2017.

GARCIA, C. M. Formação de professores para uma mudança educativa. Porto: Porto Editora, 1999.

MIZUKAMI, M. G. N. Aprendizagem da docência: conhecimento específico, contextos e práticas pedagógicas. In: NACARATO, A. M. A formação do professor que ensina matemática perspectivas e pesquisas. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 213-231.

RESENDE, A. A. C. de. **Avaliação Pedagógica Para Alunos Surdos No Contexto De Um Programa Inclusivo Bilíngue**. São Carlos, 2015.

SANTOS, A. F.; BARAÚNA, S. M..In: NOVAIS, G.S.; CICILLINI, G. A. (Orgs). **Formação docente e práticas pedagógicas: olhares que se entrelaçam**. Araraquara: Junqueira&Marin; Belo Horizonte: FAPEMIG, 2010.

SAVINI, D. **XX – formação de professores**. In: Livro: Interlocuções Pedagógicas: Entrevista. Entrevista ao Jornal das Ciências – USP de Ribeirão Preto em 2004. Editora Autores Associados, 2010.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Cortez, 2007

SOUZA, C. J. de. A Formação De Professores E A (In)Visibilidade Da Educação Especial Nos Projetos Pedagógicos Dos Cursos De Licenciatura Do Instituto Federal De Goiás. São Carlos. 2017.

SOUZA, J. R. B. de T. Formação Continuada De Professores: Transtorno Do Processamento Sensorial E As Consequências Para O Desempenho Escolar. São Carlos, 2014.

VILARONGA, C A. R. Colaboração da Educação Especial em sala de aula: formação nas práticas pedagógicas do coensino. São Carlos, 2014.

ZERBATO, A. P. Desenho universal para aprendizagem na perspectiva da inclusão escolar: potencialidades e limites de uma formação colaborativa. São Carlos, 2018.